

DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE MONTESSORI E A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: APROXIMAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL

Michele Porfírio ¹

Resumo:

Este artigo propõe um exercício teórico de aproximação entre a pedagogia montessoriana e a Sociologia da Infância, com o objetivo de investigar diálogos possíveis entre essas duas perspectivas sobre a criança. A partir de uma revisão bibliográfica, fundamentada nas obras de Maria Montessori, William Corsaro, Allison James, Alan Prout e Manuel Sarmiento, o estudo busca refletir sobre como cada abordagem compreende a infância, reconhecendo a criança como sujeito ativo, competente e participante de seu processo de desenvolvimento e inserção social. Em Montessori, a criança é vista como naturalmente autônoma, capaz de autoconstrução e desenvolvimento integral em um ambiente cuidadosamente preparado. Já a Sociologia da Infância propõe uma leitura da infância como categoria social e cultural, destacando a agência infantil e a produção de culturas próprias pelas crianças. Ambas desafiam a noção tradicional da infância como fase incompleta ou meramente preparatória, reafirmando o valor da presença plena da criança no presente. Como principais resultados, apresentam-se aproximações conceituais que reforçam a escuta e a valorização das infâncias. A proposta visa ampliar os horizontes ético-pedagógicos sobre a infância e abrir caminhos para práticas educativas mais integradas às dimensões culturais, sociais e subjetivas da criança.

Palavras-chave: Infância, Montessori, Sociologia da infância, Educação infantil, Sujeito social.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os estudos sobre a infância vêm ganhando centralidade nas ciências humanas e sociais, deslocando a compreensão da criança, antes vista como um ser em processo de “vir a ser”, para a concepção de sujeito social pleno, dotado de direitos, agência e voz próprias (James e Prout, 2003; Prout, 2010; Corsaro, 2011; Sarmiento, 2007). Essa mudança epistemológica e política resulta de um movimento interdisciplinar que integra campos como a pedagogia, a psicologia, a sociologia e a antropologia. Ela também reflete os avanços do debate sobre os direitos da criança, consagrados na Convenção da ONU de 1989.

Segundo autores como James e Prout, 2003; Qvortrup (2010) e Sarmiento e Trevisan (2017), essa virada teórica redefiniu o lugar da infância nas ciências sociais, conferindo às crianças o status de atores sociais legítimos. Discutir a infância na

¹ Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Doutoranda pela Universitat Autònoma de Barcelona - UAB Barcelona porfrio05mi@gmail.com



contemporaneidade, portanto, implica reconhecer não apenas os processos pedagógicos de desenvolvimento, mas também as múltiplas formas pelas quais as crianças participam ativamente da vida social e cultural.

Nesse contexto, destacam-se duas perspectivas que, embora oriundas de tradições distintas, convergem na valorização da criança: a pedagogia montessoriana e a Sociologia da Infância. A primeira, formulada por Maria Montessori no início do século XX, sustenta uma concepção de criança como ser autônomo, capaz de autoconstrução e de desenvolvimento integral em um ambiente cuidadosamente preparado (Montessori, 2017; 2021). Ao enfatizar a liberdade responsável e a atividade espontânea, Montessori propôs uma concepção de educação que se distancia das visões adultocêntricas predominantes em sua época, reconhecendo na criança um sujeito dotado de potencial para agir e aprender de forma autônoma (Montessori, 2017; 2021; Sousa et al., 2014; De Brouwer et al., 2023; Surma, 2024).

Já a Sociologia da Infância, consolidada a partir das décadas de 1980 e 1990, introduziu uma virada paradigmática ao propor a infância como categoria social e cultural (James e Prout, 2003; Corsaro, 2011; Sarmento, 2005). Essa perspectiva critica abordagens desenvolvimentistas que reduzem a criança a uma etapa preparatória para a vida adulta e enfatiza sua agência, a produção de culturas de pares e a participação ativa das crianças na sociedade (Müller, 2014). Considera-se, portanto, que tanto Montessori quanto os teóricos da Sociologia da Infância compartilham o reconhecimento da criança como sujeito social, ou seja, um ser que interpreta e atua no mundo social.

Apesar dessa afinidade teórica, observa-se uma lacuna: são raros os trabalhos que estabelecem um diálogo direto entre Montessori e a Sociologia da Infância, investigando de forma sistemática suas aproximações e possíveis contribuições mútuas. Essa ausência limita o potencial de articulação entre referenciais que, ao reconhecerem a competência infantil, podem enriquecer a reflexão acadêmica e as práticas educativas (Sarmento, 2007; Sarmento e Trevisan, 2017; Qvortrup, 2010; Prout, 2010).

Diante desse cenário, este artigo busca responder à seguinte questão: quais diálogos são possíveis entre Montessori e a Sociologia da Infância na construção da criança como sujeito social? Para responder a essa questão, o objetivo é analisar aproximações conceituais entre essas duas perspectivas, ressaltando como ambas contribuem para questionar paradigmas adultocêntricos e ampliar a valorização ética e



epistêmica das infâncias.

Considera-se que aproximar Montessori da Sociologia da Infância permite alcançar dimensões pouco exploradas da pedagogia montessoriana e, ao mesmo tempo, enriquecer o debate sociológico sobre a agência e a autonomia infantis. Para tanto, adota-se uma revisão bibliográfica de caráter analítico-comparativo, fundamentada nas obras de Maria Montessori e nos principais referenciais da Sociologia da Infância. Essa estratégia permite identificar convergências conceituais entre abordagens distintas e compreender como suas contribuições dialogam na construção de um novo olhar sobre a infância. A contribuição do estudo consiste em inserir a pedagogia montessoriana no debate sociológico contemporâneo sobre a infância e propor um quadro teórico integrador que sustente práticas educativas críticas, culturalmente situadas e centradas na criança. A seguir, apresenta-se o panorama teórico que fundamenta a aproximação entre Montessori e a Sociologia da Infância.

A ABORDAGEM MONTESSORIANA E A CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A abordagem montessoriana surgiu no início do século XX, em um contexto de intensas transformações científicas e sociais, marcadas pelo crescente interesse em observar o comportamento infantil e em desenvolver métodos de ensino mais atentos ao seu desenvolvimento natural. Formada em medicina, Maria Montessori (1870–1952) desenvolveu sua proposta a partir da observação sistemática de crianças em dois contextos distintos: inicialmente com crianças com necessidades especiais e, posteriormente, com crianças de um bairro operário de Roma, onde fundou a Casa dei Bambini (1907). Esses espaços funcionaram como laboratórios de investigação, em que Montessori articulou fundamentos biológicos, psicológicos e filosóficos na constituição do método montessoriano (Marshall, 2017; Thayer-Bacon, 2012). Sua proposta marcou uma ruptura importante na educação do início do século XX, ao trazer para o centro do debate a ideia de que a aprendizagem deveria respeitar a natureza e o ritmo da criança.

A base científica conferiu à pedagogia montessoriana caráter inovador, deslocando o foco da autoridade docente para a atividade autônoma infantil. Nas obras de Montessori (2017, 2021), a infância aparece como período de autoconstrução, em que a criança manifesta potencialidades internas que orientam sua relação com o ambiente e com o processo de conhecimento. Ao propor esse olhar, Montessori rompe



com as tradições pedagógicas que concebiam a criança como ser incompleto ou passivo diante do saber adulto. Para Montessori, cada criança é movida por uma força interior — denominada *horme* — que impulsiona seu crescimento e orienta seu processo de aprendizagem. Essa força, longe de ser aleatória, manifesta-se de acordo com ritmos e padrões próprios, evidentes nos períodos sensíveis e na capacidade de aprendizagem que caracteriza a mente absorvente (Montessori, 2017; Feez, 2010; Surma, 2024).

Entre os conceitos fundamentais desenvolvidos por Montessori estão a mente absorvente e os períodos sensíveis, que expressam a natureza ativa e competente da criança em seu processo de desenvolvimento. A mente absorvente designa a capacidade singular da criança, nos primeiros anos, de aprender de forma espontânea e integral a partir da interação direta com o ambiente. Diferentemente do adulto, cuja aprendizagem é consciente e deliberada, a criança assimila conhecimentos, habilidades, linguagem e cultura de forma natural e contínua. O processo ocorre em fases: inicialmente a absorção é espontânea; mais tarde torna-se consciente, permitindo que a criança organize, refine e integre experiências, construindo sua estrutura mental e emocional (Montessori, 2017).

Os períodos sensíveis representam fases específicas do desenvolvimento em que a criança demonstra maior disposição para determinadas aprendizagens, como a linguagem, o movimento, a ordem e o refinamento sensorial, entre outras (Montessori, 2021; Macià-Gual e Domingo-Peñafiel, 2020). Esses períodos são transitórios e, quando não correspondidos no tempo oportuno, certas aprendizagens podem se tornar mais desafiadoras posteriormente (Montessori, 2021; De Brouwer et al., 2023). Nessa perspectiva, o papel do adulto é fundamental: observar atentamente para identificar quais aspectos do desenvolvimento estão em evidência e organizar o ambiente em conformidade com a força vital que impulsiona a criança a aprender.

A compreensão desses conceitos exige do adulto sensibilidade, cuidado e observação constantes, pois é por meio delas que se identificam as necessidades reais da criança e se organiza o ambiente que favorece o período sensível em curso. Esse movimento requer intervenção comedida, evitando excessos de estímulos, antecipações indevidas e a imposição de ritmos externos. O respeito a esses ciclos naturais possibilita uma educação mais harmoniosa, em que o adulto atua como mediador atento, apoiando a criança na construção de si mesma, de acordo com seu próprio tempo e potencial.



A pedagogia montessoriana oferece uma formulação consistente da criança como sujeito ativo e autônomo. Montessori (2017) amplia a dimensão pedagógica ao afirmar a autonomia infantil como direito constitutivo, e não mera concessão do adulto. Nesse quadro, o educador atua como mediador ético: organiza o espaço, providencia materiais específicos e cria condições para que a criança exerça sua liberdade com responsabilidade, construindo seu próprio percurso de aprendizagem.

Ao colocar a autoconstrução no centro da experiência infantil, Montessori propõe mais do que uma abordagem educacional, ela formula uma verdadeira ética sobre a infância, pautada no reconhecimento da dignidade, da competência e da agência da criança. Essa postura implica repensar as práticas educativas contemporâneas, deslocando o foco de currículos rígidos e expectativas adultocêntricas, para a construção de uma escola concebida como espaço de vida, organizada em torno das necessidades e dos tempos das crianças (Lécuyer e Murillo, 2020). Desse modo, Montessori redireciona o olhar sobre a infância da condição de dependência para a de autonomia, afirmando a criança como sujeito de experiência, capaz de agir sobre o mundo e transformá-lo. Essa ênfase na criança como sujeito aproxima a pedagogia montessoriana das reflexões contemporâneas da Sociologia da Infância, que também reconhece a agência infantil e defende a legitimação das experiências e vozes das crianças.

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL

As discussões inauguradas por Montessori encontram ressonância, décadas mais tarde, na Sociologia da Infância, campo que, embora situado em outra tradição teórica, partilha a mesma preocupação em reconhecer a criança como sujeito pleno, dotado de agência e competência.

Sociologia da Infância emergiu nas últimas décadas do século XX, consolidando-se entre os anos 1980 e 1990, como um campo voltado a questionar o modo como a sociologia clássica tratava a infância. Até então, as crianças eram amplamente invisibilizadas nas análises sociológicas ou apareciam apenas como objetos de processos de socialização — seres em formação, ainda não plenamente sociais (James e Prout, 2003; Corsaro, 2005; Qvortrup, 2010). O desenvolvimento desse campo está profundamente ligado às transformações políticas e culturais do período, especialmente à aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989),



que consagrou a criança como sujeito de direitos. Esse marco internacional impulsionou revisões conceituais sobre o lugar da criança na sociedade e estimulou abordagens críticas nas ciências sociais (Mayall, 2002; Sarmiento, 2007). Movimentos intelectuais como o feminismo e os estudos pós-coloniais também contribuíram para a emergência dessa perspectiva ao fornecer ferramentas conceituais para questionar a subordinação e a invisibilidade de grupos historicamente marginalizados, entre eles as próprias crianças (Alanen, 2001).

A Sociologia da Infância constituiu-se, assim, como crítica à “sociologia da socialização” tradicional, que via a infância apenas como etapa preparatória para a vida adulta. Em contraposição, seus autores defendem que as crianças participam ativamente da vida social desde o nascimento, constroem significados, produzem culturas próprias e contribuem para a reprodução e transformação das estruturas sociais (James e Prout, 2003; Corsaro, 2005).

Nessa nova perspectiva, a infância é entendida como uma construção social e histórica, cujas formas e significados variam conforme contextos culturais, econômicos e institucionais (Ariès, 1988; Qvortrup, 2010). O que define ser criança e quais expectativas lhe são atribuídas dependem de convenções sociais e não de uma natureza fixa. Essa compreensão desloca o foco do desenvolvimento individual para uma análise das condições sociais que estruturam as infâncias contemporâneas. Ao mesmo tempo, a criança é reconhecida como ator social competente, dotado de agência, ou seja, a capacidade de agir, interpretar e transformar o mundo (James e Prout, 2003; Corsaro, 2005; Mayall, 2002). Essa agência é relacional e situada, exercida em contextos que tanto possibilitam quanto limitam suas ações (Oswell, 2013).

Corsaro (2005) contribui para esse debate ao propor o conceito de reprodução interpretativa, segundo o qual as crianças não apenas reproduzem a cultura adulta, mas a reinterpretam e recriam, produzindo novas práticas e significados. Esse processo se materializa nas culturas da infância — sistemas simbólicos e formas de sociabilidade criadas pelas crianças em suas interações, marcadas por ludicidade, imaginação e reiteração (Sarmiento, 2005).

Ao romper com o modelo do “vir a ser” (becoming), a Sociologia da Infância afirma a criança como “ser” (being) pleno no presente. Essa mudança de paradigma critica visões que reduzem o valor da infância a seu papel preparatório e reforça a



necessidade de reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e de participação (Qvortrup, 2010; Lansdown, 2010).

Por fim, compreender a infância como categoria geracional permanente (Qvortrup, 1994; Alanen, 2001) permite analisá-la não apenas como experiência individual, mas como fenômeno social estruturante, atravessado por desigualdades e relações de poder (Sarmiento, 2007). Essa perspectiva amplia a análise das condições de vida das crianças, articulando suas experiências cotidianas com as dimensões políticas e institucionais que moldam suas existências.

A Sociologia da Infância, ao propor uma nova forma de compreender a criança como ator social competente e a infância como construção social, abre espaço para o diálogo com outras tradições que também reconhecem a agência e a competência infantil. Embora situadas em contextos epistemológicos distintos, a abordagem montessoriana e a Sociologia da Infância estabelecem diálogos e convergências sobre princípios fundamentais da natureza da criança e das relações entre adultos e crianças. A seguir, serão exploradas algumas aproximações teóricas, evidenciando convergências, complementaridades e tensões.

DIÁLOGOS ENTRE A ABORDAGEM MONTESSORIANA E A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Embora formuladas em contextos históricos e epistemológicos distintos, a pedagogia montessoriana e a Sociologia da Infância compartilham convergências conceituais que favorecem diálogos produtivos entre teoria e prática. Ambas partem de uma crítica à concepção tradicional da infância como etapa incompleta ou meramente preparatória para a vida adulta, reconhecendo a criança como sujeito com agência, competência e voz próprias.

Em primeiro lugar, Montessori concebe a criança como agente de sua própria aprendizagem. Por meio dos conceitos de mente absorvente e autoconstrução, situa-a como construtora ativa de si mesma, em interação com o ambiente preparado e em liberdade responsável (Montessori, 2017; Leroy, 2024). De modo análogo, a Sociologia da Infância introduz o conceito de ator social competente, afirmando que as crianças participam ativamente da vida social, produzem significados e contribuem para os processos culturais e relacionais que as envolvem (James e Prout, 2003; Corsaro, 2005).



Ambas as perspectivas rompem, portanto, com a visão da criança como sujeito incompleto e dependente, afirmando sua autonomia e participação ativa nos processos de aprendizagem e de vida social.

No campo das relações intergeracionais, as duas tradições questionam hierarquias rígidas entre adultos e crianças. Na pedagogia montessoriana, o adulto assume o papel de guia e observador, intervindo o mínimo necessário e respeitando os ritmos e a iniciativa infantil (Montessori, 2017, 2021). Já a Sociologia da Infância critica o adultocentrismo que estrutura instituições e práticas educativas sob a ótica exclusiva dos adultos, defendendo maior reconhecimento e participação das crianças (Mayall, 2002; Qvortrup, 2010). Apesar de reconhecerem assimetrias de poder e responsabilidade, ambas sustentam que essas diferenças não devem justificar a negação da escuta, da participação e da autonomia infantil.

Outro ponto de convergência é a valorização da perspectiva da própria criança. Montessori destaca a observação atenta como princípio ético e metodológico: é a partir dela que o adulto compreende as necessidades e interesses infantis, organizando o ambiente de forma coerente com o desenvolvimento da criança (Montessori, 2017; Lécuyer e Murillo, 2020; Leroy, 2024). De maneira semelhante, a Sociologia da Infância defende que as crianças são informantes legítimas sobre suas próprias experiências. Tanto a pesquisa quanto a prática pedagógica devem incluir suas vozes e interpretações (Christensen e James 2004; James e James, 2004). Essa aproximação reforça o compromisso de ambas as abordagens com a escuta ativa e com o reconhecimento da infância como tempo presente.

As duas perspectivas também criticam modelos de socialização baseados na transmissão unidirecional do saber adulto. Para Montessori, a aprendizagem ocorre por meio da experiência direta, da exploração e da interação com o ambiente, e não apenas pela instrução formal (Montessori, 2017; Marshall, 2017). A Sociologia da Infância, de forma complementar, concebe a criança como intérprete e coautora da cultura, apropriando-se ativamente dos significados sociais e transformando-os. Esse processo é denominado por Corsaro (2005) de reprodução interpretativa e evidencia que, em ambos os casos, a criança é reconhecida como participante ativa dos processos de aprendizagem e socialização.

Essa convergência entre dimensões cognitivas e sociais evidencia o papel central



do ambiente na experiência infantil. O ambiente preparado, na pedagogia montessoriana, e as análises sociológicas sobre as infâncias compartilham a compreensão de que os contextos não são neutros, mas estruturam possibilidades de ação, expressão e participação. Enquanto Montessori enfatiza ritmos naturais e forças internas que orientam o desenvolvimento, a Sociologia da Infância sublinha a pluralidade cultural e social das experiências infantis. Longe de se excluírem, essas diferenças revelam-se complementares, oferecendo perspectivas que ampliam o olhar sobre a infância e contribuem para práticas educativas mais sensíveis, democráticas e humanizadoras. A seguir, apresenta-se o Quadro 1, no qual se sintetizam as principais aproximações e diferenças entre Montessori e a Sociologia da Infância, destacando como cada perspectiva compreende a criança e a infância.

QUADRO 1 – CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA EM MONTESSORI E NA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Categoria de análise	Abordagem Montessori	Sociologia da Infância
Visão da criança	Sujeito em processo de autoconstrução, dotado de potencialidades internas que emergem em um ambiente favorável.	Sujeito social pleno, agente, produtor de culturas e participante ativo das estruturas sociais.
Infância	Etapas singular do desenvolvimento humano, marcada por necessidades e ritmos próprios, mas integrada ao processo vital.	Categoria social e histórica, construída culturalmente e dotada de valor no presente, não apenas como preparação para a vida adulta.
Agência infantil	Manifesta-se na autonomia e na capacidade de escolha da criança em um ambiente preparado.	Expressa-se na participação nas práticas sociais e na criação de culturas de pares.
Ambiente/Contexto	Espaço intencionalmente organizado, com materiais específicos e liberdade com responsabilidade.	Contexto social e cultural mais amplo, onde relações intergeracionais moldam as experiências infantis.
Relação com o adulto	Adulto como guia e observador, que prepara o ambiente e intervém o mínimo possível.	Adulto como parte de uma rede relacional; foco na escuta da criança, reconhecimento de sua voz social e parceria na construção cultural.



Finalidade educativa	Favorecer a formação integral da criança, possibilitando autonomia, disciplina interior e responsabilidade social.	Valorizar a infância como tempo presente, reforçando a participação infantil e questionando visões adultocêntricas.
----------------------	--	---

Fonte: Elaboração própria, a partir de Montessori (2017; 2021), Corsaro (2011), James e Prout (2003), Sarmento (2005) e Sarmento e Trevisan, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propôs um exercício teórico de aproximação entre a pedagogia montessoriana e a Sociologia da Infância, com o objetivo de investigar diálogos possíveis entre essas duas perspectivas sobre a criança. A análise demonstrou que, apesar de suas origens epistemológicas e históricas distintas, ambas compartilham princípios fundamentais que reconhecem a criança como sujeito ativo, competente e participante, rompendo com concepções adultocêntricas e reducionistas de infância.

Como principais resultados, identificaram-se aproximações conceituais que reforçam a escuta e a valorização das infâncias. Montessori contribui com ferramentas práticas para promover a autonomia e a autoconstrução da criança, enquanto a Sociologia da Infância oferece uma perspectiva crítica que enfatiza a participação em contextos sociais e culturais mais amplos. A articulação dessas abordagens amplia os horizontes ético-pedagógicos sobre a infância e aponta caminhos para práticas educativas mais integradas às dimensões culturais, sociais e subjetivas da criança.

Embora o estudo tenha se mantido no plano teórico e bibliográfico, ele indica oportunidades para pesquisas futuras que explorem a implementação prática desses princípios em diferentes contextos educacionais e culturais. Investigações empíricas poderiam analisar, por exemplo, como a agência infantil é percebida e estimulada em ambientes montessorianos ou em instituições que adotam princípios da Sociologia da Infância. Em síntese, aproximar Montessori e a Sociologia da Infância reafirma a criança como sujeito social pleno, cuja voz e experiências não podem ser secundarizadas. Mais do que um exercício acadêmico, esse diálogo constitui um chamado ético e pedagógico: construir práticas educativas e sociais que reconheçam e legitimem a presença da criança no presente, respeitando sua singularidade e inserção nos contextos culturais e sociais em que vive.



REFERÊNCIAS:

ALANEN, Leena. Rethinking childhood. *Acta Sociologica*, v. 44, n. 2, p. 105–115, 2001.

ARIÈS, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.

CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Eds.). *Research with children: Perspectives and practices*. 2. ed. London: Routledge, 2004.

CORSARO, William A. Field entry, acceptance and nature of participation in ethnographic studies with young children. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 443–464, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200008>.

CORSARO, William A. *The sociology of childhood*. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.

DE BROUWER, Jaap; KLAVER, Lida; VAN DER ZEE, Symen. Montessori's perspective on citizenship education: A view from the Netherlands. *Journal of Montessori Research*, v. 9, n. 2, p. 28–43, 2023.

FEEZ, Susan. *Montessori education: A review of the evidence base*. Melbourne: Montessori Australia, 2010.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian. *Key concepts in childhood studies*. London: Sage, 2004.

JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: Routledge, 2003.

LANSDOWN, Gerison. *The evolving capacities of the child*. London: UNICEF, 2010.

LÉCUYER, C.; MURILLO, J. I. El enfoque teleológico de la educación Montessori y sus implicaciones. *Revista Española de Pedagogía*, v. 78, n. 277, p. 497–515, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22550/REP78-3-2020-06>

LEROY, G. L'enfant-montessorien: une nouvelle définition sociale de l'enfant? *Les Sciences de l'éducation Pour l'ère Nouvelle*, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3917/lsdle.551.0019>

MARSHALL, Chloë. Montessori education: a review of the evidence base. *NPJ Science of Learning*, v. 2, n. 1, art. 11, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41539-017-0012-7>.

MACIÀ-GUAL, J.; DOMINGO-PENAFIEL, P. Sensitive periods in Montessori education: Implications for development. *Early Child Development and Care*, 2020.

MONTESORI, Maria. *A descoberta da criança: pedagogia científica*. Tradução de Pe. Aury Maria Azélio Brunetti. Campinas, SP: Kirion, 2017.



MONTESSORI, Maria. *A mente da criança: mente absorvente*. Tradução de Jefferson Bombachim. Maricá: CEDET; Kirion, 2021.

MÜLLER, F. *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições*. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

OSWELL, D. *The agency of children: From family to social policy*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 729–750, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04>.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631–643, 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 361–378, 2005.

SARMENTO, M. J.; TREVISAN, G. A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. *Educar em Revista*, p. 17–34, 2017.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, V.; SARMENTO, M. J. (Org.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira e Morin, 2007. p. 25–49.

SOUSA, Raiane Pereira de; FERNANDES, Maria Aparecida; SOUSA, Célia Camelo de. Maria Montessori: sua vida e contribuições para a educação. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTORIADORES DA EDUCAÇÃO – ECHE, 13.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO – ENHIME, 3.; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS – SINECGEO, 3., 2014, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: [s.n.], 2014. p. 141–153. ISBN 978-85-8126-065-5.

SURMA, Barbara. Dziecko i dzieciństwo w myśli pedagogicznej Marii Montessori. *Studia Paedagogica Ignatiana*, v. 27, n. 4, p. 159–175, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12775/SPI.2024.4.008>.

THAYER-BACON, Barbara J. Maria Montessori, John Dewey, and William H. Kilpatrick. *Education and Culture*, v. 28, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1353/eac.2012.000>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova Iorque: ONU, 1989.

